

**ENSINO DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E OS DESAFIOS DA
IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE:
UMA QUESTÃO PARADIGMÁTICA DA ESCRITA DO PORTUGUÊS**

**TEACHING PORTUGUESE SPELLING AND THE CHALLENGES OF
IMPLEMENTING THE NEW ORTHOGRAPHIC AGREEMENT IN MOZAMBIQUE:
A PARADIGMATIC ISSUE IN WRITING PORTUGUESE**

Bonete Júlio João Chaha

Instituto Médio Politécnico de Moçambique – Moçambique

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir as causas do uso arbitrário do antigo e do novo acordo ortográfico pelos alunos no contexto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em Moçambique. Repensar a escrita no contexto processo educativo em Moçambique é embarcar para uma reflexão justificável e de tamanha importância, pois com o advento das mudanças sociais e novas tecnologias, os alunos mostram-se, cada vez mais, desinteressados na escrita. O ensino-aprendizagem da língua portuguesa, em Moçambique, sobretudo, no ensino secundário, é marcado por desafios, pois os alunos usam arbitrariamente o acordo de 1945 e o novo acordo ortográfico de 1990. Em relação à metodologia, este artigo é de caráter bibliográfico, que segue uma abordagem qualitativa, fazendo uso do método de análise de conteúdo e uso da técnica de observação. A pesquisa baseia-se em trabalhos de Lima (2009); Medeiros (2008); Morais (2003); Sim-Sim (1998); Riolfi (2008); Cagliari (1999); Dubois (2006). Portanto, os resultados mostram que, por um lado, a arbitrariedade do uso do antigo e do novo acordo ortográfico no contexto educativo é advinda das mudanças que ocorrem na sociedade atual, em que tudo aparenta momentâneo, sobretudo, as interações rápidas, com a utilização de linguagem escrita mais próxima da oralidade e bastante abreviada, gerando, portanto, rapidez no envio de mensagens por meios eletrónicos. Por outro, é fruto da ratificação tardia do acordo ortográfico, associada também à não reforma dos acervos literários das bibliotecas, livrarias, editoras de publicação, tanto que não permite que as instituições de ensino usem materiais didáticos com novo acordo ortográfico.

PALAVRAS-CHAVE

Ortografia. Língua portuguesa. Reforma. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the causes of the arbitrary use of the old and new spelling agreements by students in the context of teaching and learning the Portuguese language in Mozambique. Rethinking writing in the context of the educational process in Mozambique is embarking on a justifiable and extremely important reflection, as with the advent of social changes and new technologies, students are increasingly disinterested in writing. The teaching-learning of the Portuguese language in Mozambique, especially in secondary education, is marked by challenges, as students arbitrarily use the 1945 agreement and the new

orthographic agreement of 1990. Regarding methodology, this article is bibliographic in nature, which follows a qualitative approach, using the content analysis method and observation technique. The research is based on works by Lima (2009); Medeiros (2008); Morais (2003); Sim-Sim (1998); Riolfi (2008); Cagliari (1999); Dubois (2006). Therefore, the results show that, on the one hand, the arbitrariness of the use of the old and new spelling agreements in the educational context comes from the changes that occur in today's society, in which everything appears momentary, especially quick interactions, with the use of written language closer to orality and very abbreviated, therefore generating speed in sending messages by electronic means. On the other hand, it is the result of the late ratification of the spelling agreement, also associated with the failure to reform the literary collections of libraries, bookstores, and publishing houses, so much so that it does not allow educational institutions to use teaching materials with a new spelling agreement.

KEYWORDS

Portuguese. Spelling. Remodelling. Teaching-learning.

Introdução

O presente artigo versa sobre a língua portuguesa no contexto de ensino-aprendizagem em Moçambique, sobretudo, a arbitrariedade no uso do acordo de 1945 e do novo acordo ortográfico de 1990, e tem como objetivo discutir as causas desta arbitrariedade pelos alunos no contexto de ensino-aprendizagem. Geograficamente, Moçambique localiza-se no sul do continente africano, habitado na sua maioria por povos de origem *bantu*. É um país multicultural e, sobretudo, multilíngue com mais de 20 línguas de origem *bantu*. E, falar do ensino-aprendizagem da língua portuguesa é, em Moçambique, uma questão complexa, pois existe em Moçambique o ensino tradicional e o formal, onde este último é materializado com uso da língua portuguesa, embora em alguns casos se use o modelo bilingue (português e línguas *bantu*).

Nesse contexto, o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, em Moçambique, sobretudo, no ensino secundário, é marcado por desafios, pois os alunos usam arbitrariamente o acordo de 1945 e o novo acordo ortográfico de 1990, por exemplo, ao escrever a palavra que possui os encontros consonânticos cc, cç, pc, pç e pt, que foram abolidos no novo acordo ortográfico de 1990 as letras c e p se forem mudas (consoantes mudas) e, mantidas na pronúncia as palavras “acção, actividade, exacto, etc”, uns escrevem com a letra “cê cedilhado” e outros não. Importa realçar que Moçambique ratificou, em 2012, ao novo acordo ortográfico, mas a sua implementação e uso ainda são lentos.

E, ao se tratar da linguagem escrita, refere-se a um sistema e, esse sistema é orientado por uma estrutura não-arbitrária e modo de funcionamento, razão pela qual o aluno ao escrever, como aponta o funcionalista Givón (1984), o que se põe sob observação é não apenas o modo como se dá a concatenação das proposições, mas também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição linguística. Portanto, os pressupostos acima descritos e as experiências atuais do processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa conduzem à seguinte pergunta de partida: O que está por detrás do

uso arbitrário do antigo e do novo acordo ortográfico pelos alunos no contexto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em Moçambique?

A justificativa da pertinência de abordagem desta temática reside no facto de, apesar de os países da CPLP terem ratificado o novo acordo ortográfico, ser notório, em Moçambique, fragilidades no que diz respeito a sua implementação, apropriação e uso pelos falantes, sobretudo, os alunos no contexto do ensino tanto primário como secundário. Por isso, este estudo pretende, como se aludiu no pretérito parágrafo, discutir as causas, ou seja, o que está por detrás do uso arbitrário dos acordos ortográficos.

Portanto, metodologicamente, este artigo é de caráter bibliográfico, que segue uma abordagem qualitativa, fazendo uso do método de análise de conteúdo e uso da técnica de observação. E, no que diz respeito à estrutura, este apresenta-se em três partes, a saber: a primeira parte é introdutória, na qual se apresenta o objetivo, o problema, a justificativa de abordagem do tema e a metodologia usada para a sua realização; a segunda é referente ao desenvolvimento do tema, onde são expostos e discutidos vários preceitos de teóricos versados na matéria; a terceira parte é reservada às considerações finais, onde são apresentadas as conclusões tidas ao longo das discussões e, por fim, apresenta-se as referências bibliográficas.

1. Breve contextualização do novo acordo ortográfico

A língua é um organismo vivo e, por assim ser, ela está em constante mudança, devido às necessidades de interações sejam elas comerciais ou não, que se manifestam através dos seus falantes. Portanto, é neste contexto de necessidades que surge o novo acordo ortográfico que, segundo LIMA (2009):

Foi assinado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, abrangendo todos os países cuja língua oficial é a portuguesa, isto é, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Esses 8 países formam a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) (Lima, 2009, p. 16).

Por outro lado, de acordo com a enciclopédia eletrônica *wikipedia*, vários estudiosos da língua nos países pertencentes à CPLP reuniram-se na Academia das Ciências de Lisboa, a fim de elaborar o novo acordo ortográfico, as seguintes delegações:

- Angola: Filipe Silvino de Pina Zau
- Brasil: Antônio Houaiss e Nélida Piñon
- Cabo Verde: Gabriel Moacyr Rodrigues e Manuel Veiga
- Galiza (observadores): António Gil Hernández e José Luís Fontenla
- Guiné-Bissau: António Soares Lopes Júnior e João Wilson Barbosa
- Moçambique: João Pontífice e Maria Eugénia Cruz
- Portugal: Américo da Costa Ramalho, Aníbal Pinto de Castro, Fernando Cristóvão, Fernando Roldão Dias Agudo, João Malaca Casteleiro, José Tiago de Oliveira, Luís Filipe Lindley Cintra, Manuel Jacinto Nunes, Maria Helena da Rocha Pereira e Vasconcelos Marques
- São Tomé e Príncipe: Albertino dos Santos Bragança e João Hermínio Pontífice

De fato, devido às relações internacionais de caráter diplomático, comercial e outros, é inevitável a abrangência deste acordo aos países da CPLP, pois trata-se de uma uniformidade da escrita da língua que une estes países, sendo, portanto, urgente a sua ratificação. Assim, no âmbito das modificações propostas no acordo, Lima (2009) explica que:

Calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modificado. No Brasil, a mudança será bem menor, ou seja, 0,5% das palavras terão a escrita alterada. Esse acordo foi feito por vários motivos, um deles é que a existência de mais de uma grafia prejudica na redação de documentos, principalmente de cunho internacional, inclusive com custos de publicação diferenciada de dicionários, livros didáticos e literários entre Brasil e Portugal, por exemplo (Lima, 2009, p. 20).

Olhando para os pressupostos acima, nota-se que o novo acordo ortográfico trará reformas significativas na literatura no que diz respeito ao acervo bibliográfico, isto é, os países da CPLP terão de retirar todos os livros com o acordo ortográfico de 1945 disponíveis nas bibliotecas, livrarias e editoras, implicando, de certa forma, custos monetários e, esta pode ser, em última análise, uma das causas da fragilidade de ratificação do acordo pelos países-membros. Nesse contexto, Lima (2009) argumenta, mais uma vez, que:

Mesmo tendo sido firmado há mais de duas décadas, só agora é que esse novo acordo entra em vigor, pois houve muitos desentendimentos diplomáticos entre Brasil e Portugal que impediram essa mudança até 2009. Além disso, o Brasil é o primeiro país a implementar as regras oficialmente, que têm prazo de conclusão até 2012. Até lá, as duas formas de escrita serão aceitas, inclusive em concursos. Atualmente, a língua portuguesa é falada por mais de 220 milhões de pessoas no mundo. São 190,3 milhões no Brasil, 10,5 milhões em Portugal e 20 milhões em países africanos e comunidades (Lima, 2009, p. 23).

Dessa forma, é inegável a adesão à ratificação do acordo pelos países-membros, uma vez que este acordo foi instituído em 1990 e devia entrar em vigor em 1994, e atualmente apenas Angola é o país que não o ratificou, e para o caso de Moçambique, o acordo foi ratificado em 2012. Para além dos estudiosos que se reuniram na Academia das Ciências de Lisboa, Medeiros (2008) refere que:

No Anteprojeto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa, de 1988, e no Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, realizado na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, entre 6 e 12 de maio de 1986, entrevieram ainda: Maria Luísa Dolbeth e Costa (Angola); Abgar Renault, Adriano da Gama Kury, Austregésilo de Athayde, Celso Cunha, Eduardo Mattos Portella, Francisco de Assis Balthar Peixoto de Vasconcellos e José Olympio Rache de Almeida (Brasil); Corsino Fortes (Cabo Verde); Paulo Pereira (Guiné-Bissau); Luís Filipe Pereira (Moçambique); Maria de Lourdes Belquior Pontes e Mário Quarin Graça (Portugal) (Medeiros, 2008, p. 11).

Portanto, a instituição do acordo ortográfico contou com a participação de todos os países-membros da CPLP, de modo que as mudanças fossem unanimes e abrangentes, cabendo a cada país-membro implementar.

2. Moçambique: a ratificação do novo acordo ortográfico e sua apropriação

Na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique ocupa uma posição imprescindível como membro, e a ser assim, a sua participação e/ou adesão à ratificação do acordo ortográfico é inevitável. Conforme a página oficial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira [Unilab] (2012):

O governo de Moçambique, no último dia 08 de junho, ratificou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, seguindo o exemplo dos governos de Brasil, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste. Essa medida acontece no período em que o país vai assumir a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no próximo mês de julho, durante a conferência de chefes de estado e de governo da comunidade lusófona, em Maputo (Unilab, 2012).

Nesta ordem de ideias, não sei se poderia se chamar de coincidência ou facto, mas é evidente que a ratificação do acordo ortográfico por arte de Moçambique acontece numa altura em que o país assume a presidência da CPLP e isto, por um lado, pode entender-se que a ratificação do acordo foi brusca, no sentido de não ter sido feita com pormenores, ou seja, não foram tomadas as devidas cautelas no que diz respeito à reforma dos acervos nas bibliotecas, livrarias e editoras.

Mais uma vez, segundo a Unilab (2012), com a aprovação do novo Acordo pelo Conselho de Ministros do país, o representante da área de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi, falou sobre os desafios da implementação:

Falamos a língua portuguesa, mas com algumas características próprias. Temo sum grande peso das línguas nacionais. Como é que isso interage com este acordo ortográfico? E depois, é a questão da sua ampla divulgação. Está aqui um imenso trabalho a fazer entre a ratificação e a plena entrada em vigor. Após a aprovação, o documento ainda deve ser ratificado por dois parlamentos (Unilab, 2012).

Por outro lado, ainda que tenha sido ratificado, em Moçambique, o acordo não é implementado, o que, de certa forma, propicia a arbitrariedade no uso do acordo de 1945 e do novo acordo ortográfico pelos falantes da língua portuguesa.

Dessa forma, o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, sobretudo, a ortográfica, em Moçambique, tendo em conta o novo acordo ortográfico, é uma questão bastante complexa e carece de estratégias multifacetadas, a começar pela substituição de antigos livros, dicionários e outros materiais didáticos com acordo ortográfico de 1945 pelos novos, de forma a facilitar a apropriação da nova ortografia.

2.1 A ortografia no português em Moçambique: desafios no novo acordo ortográfico

Linguisticamente, Moçambique é, como se avançou na introdução ao presente artigo, um país multilingue, comportando mais de 20 línguas de origem *bantu*, que coabitam com a língua portuguesa, língua esta que, com diversas dificuldades, tanto ao nível da oralidade como da escrita, a maioria das pessoas a usa. É, sobretudo, ao nível da escrita (ortografia) que se verificam lacunas, ou melhor, ainda que se tenha ratificado o novo acordo ortográfico de 1990, a maioria dos falantes desconhece ou não observa as mudanças trazidas pelo acordo ortográfico, que tem como objetivo uniformizar a ortografia da língua portuguesa entre os países-membros.

Em relação à ortografia, Morais (2003) considera-a como “uma norma, uma convenção social”. Para ele, “tudo em ortografia é fruto de um acordo social, isto é, tudo foi arbitrado, mesmo quando existem regras que justificam por que em determinados casos temos que usar uma letra e não outra” (Morais, 2003, p. 31).

No entanto, o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em Moçambique, que é constituído pela aprendizagem da leitura e da escrita, na fase inicial elementar da escolaridade, é essencial e determinante, pois é nesta fase que se aprende a escrever de acordo com as regras da ortografia de qualquer que seja a língua, e é por esta razão que Silveira (2014) escreveu que “é essencial o uso de metodologias eficientes, que permitam aos educandos repensarem sua escrita e os educadores sua prática pedagógica” (p. 1).

E ainda Sim-Sim (1998) sublinha que “deverá ser um objetivo primordial do sistema educativo permitir e encorajar cada criança a usar a língua com o máximo de eficácia, quando fala, ouve falar, escreve e lê” (p. 31).

Atualmente, infelizmente, o professor, sobretudo, o de Língua Portuguesa, encara inúmeros desafios para trabalhar com os alunos a leitura, a oralidade e a escrita. E, no que respeita à escrita, o professor, muitas vezes, tem-se questionado o porquê de os alunos não se mostrarem interessados na leitura e na escrita, sobretudo, na escrita, como se fazia sentir no passado. E, para esclarecer este questionamento, Riolfi (2008) diz que:

A escrita elaborada não é um bem cultural para o jovem contemporâneo. A geração passada demonstrava um zelo e até um amor pela escrita. Esmerava-se no caderno de caligrafia, para que a letra ficasse bonita. Hoje, infelizmente, o apuro e a precisão estão ultrapassados (Riolfi, 2008, p. 8).

Por outro lado, atualmente, o grande desafio do professor de Língua Portuguesa é imprimir um sistema-modelo de ensino da língua oficial ao aluno que não quer aprender, pois este não encontra razão, ou seja, não reconhece a utilidade do bom uso da linguagem (RIOLFI, 2008).

De facto, com a entrada em vigor do acordo ortográfico em 2009 e a sua transição em 2012, ano em que Moçambique o ratificou, era suposto que os falantes da língua portuguesa em Moçambique, em particular, e em outros países-membros da CPLP, se apropriassem e tivessem domínio das mudanças trazidas por este acordo, materializando, dessa forma, o seu objetivo.

No entanto, há desafios enormes na implementação das regras do novo acordo ortográfico, à título de exemplo: a reforma dos acervos literários das

bibliotecas, livrarias, editoras de publicação, e isto, de certa forma, impossibilita a materialização e apropriação das regras pelos falantes.

Aliás, a questão da reforma dos acervos literários das bibliotecas, livrarias e editoras de publicação já tinha sido abordada com ênfase nas reuniões ocorridas para a instituição do novo acordo ortográfico, como objeção, por alguns países-membros, visto que envolveria custos monetários e, sem querer ser apologistas desta posição, a reforma é, com certeza, dispendiosa, mas necessária.

Em entrevista ao jornal *O Povo*, a linguista moçambicana, Marta Sitoé, antes mesmo da ratificação do acordo por Moçambique, quando questionada sobre a sua opinião em relação ao novo acordo ortográfico, disse o seguinte:

O acordo ortográfico de 1990 não vai interferir no conhecimento básico que temos das palavras – o conhecimento do seu significado indissociável da sua forma fónica. Por exemplo, o facto de passarmos a escrever ótimo, contraindicação e janeiro em vez de *óptimo, contraindicação, Janeiro* não terá nenhuma interferência na forma como pronunciamos essas palavras nem vai mudar o seu significado. Esse conhecimento, que o temos independentemente de sabermos escrever, não será afetado pelo novo acordo ortográfico. Eu, enquanto professora de Português, vejo este acordo como uma simplificação da ortografia da língua portuguesa, o que, por sua vez, poderá facilitar o ensino e a aprendizagem da escrita e da leitura. A regra segundo a qual «o que não se pronuncia não se escreve», que envolve as consoantes mudas, é um bom exemplo disso (Ciberduvidas, 2020).

A partir desses pronunciamentos da linguista, é possível notar que o novo acordo ortográfico sempre foi de louvar, pois, como disse a linguista, é uma forma mais simples de escrever a língua, ou seja, o acordo veio simplificar a ortografia, partindo do conhecimento de que existem encontros consonânticos, no acordo de 1945, que não se pronunciavam e, portanto, estes não se devem escrever no acordo de 1990, o que, de certa forma, simplifica a escrita. Ainda para reforçar a ideia acima, Morais (2003) argumenta que:

A unificação da grafia das palavras, por um lado, facilita, na leitura, o acesso aos diferentes textos, de diferentes comunidades do país, fazendo com que as variações linguísticas da fala não atrapalhem a tarefa de resgate do significado textual; por outro, obriga o escritor adequar-se às normas estabelecidas. Logo, a leitura é facilitada por permitir ao leitor, em função da estabilidade da escrita, entender o texto de seu interlocutor, mesmo que este empregue um diferente dialeto ao falar. [...] Em relação à escrita, no entanto, o esforço parece ser maior, pois é necessário transformar a sua forma de oralização, utilizando os princípios estabelecidos pela norma ortográfica (Morais, 2003, p. 105).

No que refere às implicações do novo acordo ortográfico sobre o país, onde 15% da população tem o português como língua materna, Marta Sitoé disse o seguinte:

É difícil estabelecer uma relação entre a situação de aquisição do português em Moçambique e o novo acordo ortográfico. Devemos

não perder de vista que ortografia – escrita correta das palavras de uma língua – é uma convenção cultural e política para a comunicação verbal escrita. A escrita é geralmente aprendida através da instrução formal por todos os usuários da língua independentemente do contexto em que a adquiriram. A partir daqui, pode-se depreender que, independentemente de o sistema ortográfico ser resultante do acordo de 1945 ou do de 1990, a sua aprendizagem será efetuada na escola quer por aqueles para quem o Português é língua materna quer por aqueles para quem é língua segunda. Com isto quero dizer que, o facto de apenas 15% da população ter o português como língua materna não constitui problema para a implementação do novo acordo ortográfico (Ciberduvidas, 2020).

Assim, na aquisição da linguagem, a fala e a escrita são atividades inseparáveis através das quais os falantes criam e desenvolvem competências de construção de sentidos por meio de interações sociais e culturais, independentemente da forma de aquisição e aprendizagem. Portanto, para que a implementação e a apropriação das regras do acordo ortográfico pelos falantes moçambicanos e de outros países-membros da CPLP sejam céleres, é necessário criar-se mecanismos que possam apoiar, como é o caso do Vocabulário Ortográfico do Português, criado em 2010 que, de acordo com Marta Sitoe:

[...] fornece informações sobre as características formais das palavras do português, tais como a ortografia, a flexão e as relações morfológicas entre palavras. Ainda que tenha sido desenvolvido tomando como referência as palavras do português europeu, também inclui palavras de outras variedades do português, entre as quais, da variedade moçambicana (Ciberduvidas, 2020).

Quando se fala no acordo ortográfico, por um lado, olha-se para as desvantagens económicas e, por outro, para as vantagens linguísticas, isto é, enriquecimento do léxico da língua portuguesa e também a valorização das línguas *bantu*, visto que com a implementação do acordo ortográfico surge o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), que inclui palavras moçambicanas, mostrando, de certa forma, que a língua portuguesa, nos países-membros da CPLP, coabita com outras línguas, às quais vai buscar (emprestar) outros termos para se enriquecer. Por falar em empréstimo, Marta Sitoe diz que:

Se tomarmos em conta que em Moçambique há uma situação de contacto de línguas (português e línguas *bantu*), a partir da qual há integração de elementos linguísticos de uma língua noutra, podemos considerar que este acordo trará algumas vantagens para Moçambique no que diz respeito aos empréstimos lexicais das línguas *bantu* no português (Ciberduvidas, 2020).

Um dado importante nessa busca (empréstimo) e inserção de palavras no português tem a ver com o facto dessas palavras serem estranhas ao português e, nesse caso, estas palavras, quando são emprestadas, são aportuguesadas e passam a ser conhecidas e usadas naturalmente, configurando-se como “portuguesas”, à título de exemplo, as palavras “facebucar”, do *facebook*, “whatsapar” do *Whatsapp* são exemplos claros de palavras usadas globalmente. E, para consubstanciar essa linha de pensamento, Marta Sitoe argumenta que:

Uma vez que a ortografia desses empréstimos é estranha ao português, eles têm de passar por um processo de adaptação ortográfica para que efetivamente figurem no VOP como palavras da língua portuguesa. A principal vantagem disso, a meu ver, reside no facto de esses empréstimos, muitas vezes usados para designar realidades culturais típicas, passarem a adquirir um estatuto “global”, ou seja, tendo a sua ortografia adaptada à língua portuguesa, eles passam a integrar o acervo lexical desta língua, podendo ser escritas e lidas sem muitas dificuldades por todos os seus usuários (Ciberduvidas, 2020).

Nesse contexto, a ortografia sendo a escrita correta de uma língua, o seu aperfeiçoamento deve seguir a lógica de Bakhtin, o dialogismo, ou seja, a interação entre a leitura e a escrita. A grande dificuldade que os alunos atualmente enfrentam é a escrita correta das palavras e, esta dificuldade está associada à fraca capacidade e ao gosto pela leitura, pois tal como defende Cagliari (1999), “a pessoa que lê muito e escreve bastante, com o tempo, passa a encontrar menos dificuldades em escrever corretamente de acordo com as regras ortográficas” (p. 23).

De facto, a falta de hábito de ler e escrever propicia e aumenta as dificuldades no ensino-aprendizagem das diferentes disciplinas do processo educativo, e este é um facto que ocorre com a maior parte dos alunos tanto no ensino primário como secundário em Moçambique. Portanto, escrever de acordo com as regras da ortografia pressupõe a seleção de uma única forma para as palavras de uma língua, descartando a existência das diferentes pronúncias.

A problemática da ortografia não se restringe ao contexto educativo, ou seja, no processo de ensino-aprendizagem na escola, mas é também uma questão do quotidiano de todos, bem como a dificuldades de escrever segundo as regras ortográficas vigentes (Cagliari, 1999).

Corroborando a explanação de Cagliari (1999), esta problemática é abrangente, não exclusivamente de alunos na fase inicial de aquisição da escrita. No entanto, as crianças, na fase inicial de aquisição da escrita, têm dúvida de como se escreve certa palavra, e não é raro depararmo-nos com situações de género envolvendo estudantes universitários e professores, cujas dúvidas se relacionam com a ortografia, por exemplo, das palavras “exceção”, “redação” “secção”.

Desse modo, partindo do conhecimento de que existem falares diferentes, ou seja, as pessoas falam de diferentes maneiras, variando de região para região, poderia questionar-se o seguinte: como apresentar graficamente as palavras? Entretanto, de acordo com Dubois (2006):

O conceito de ortografia implica o reconhecimento de uma norma escrita com relação à qual se julga a adequação das formas que realizam os indivíduos que escrevem uma língua; a ortografia supõe que se distinguem formas corretas e formas incorretas numa língua escrita (Dubois, 2006, pp. 445-446).

A ortografia, nestes moldes, passa a ser uma necessidade para qualquer que seja a língua, uma vez que a sua finalidade é unificar e possibilitar a comunicação escrita entre os utentes, tanto que Morais (2003) explica que “a ortografia

funciona como um recurso capaz de cristalizar na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua" (p. 19). Por outro lado, Cagliari (1999) afirma que "a função da ortografia é neutralizar a variação dialetal, permitindo que os falantes de diferentes dialetos reconheçam uma determinada palavra, entendendo o que está escrito" (p. 30).

Nesse sentido, ensinar a ortografia é ensinar as suas regras, e nesse caso, o professor deve empreender estratégias e mecanismos que possibilitem o aprendizado sistemático ao aluno. Para tal, o professor deve respeitar as dificuldades e a dúvida de escrever dos alunos, implicando deixá-los mais à vontade para consultar os diversos materiais didáticos que facilitem a aprendizagem, tais como o dicionário, livros no acto da escrita, uma vez que o não uso de dicionários com o novo acordo ortográfico é uma das causas da fragilidade na ortografia.

Os erros ortográficos decorrentes da falta de leitura de dicionários e livros com novo acordo ortográfico pelos alunos não são lineares e parecem fazer parte de um caminho delineado no processo educativo dos alunos desde a fase inicial de escolaridade, uma vez que os alunos relacionam diretamente os sons e os grafemas, ou seja, eles escrevem como falam, atribuindo, portanto, a cada letra um valor sonoro. E, com o passar do tempo, como disse Cagliari (1999):

Esses erros tendem a diminuir à medida que a criança convive com a escrita e percebe a distinção entre língua falada e língua escrita, por isso a importância de o professor trabalhar com aprendizagem da escrita e explicitar a diferença entre esses modos de linguagem (Cagliari, 1999, p. 26).

De facto, a realidade atual coloca desafios enormes ao professor no sentido de moldar-se ao concreto, com isto quero dizer que é preciso repensar as metodologias e estratégias e apostar numa postura moderna para a sala de aulas, pois o ensino-aprendizagem passa por criação de laços entre o professor e o aluno, e esses laços devem tender a conscientizar os alunos a entenderem a importância de escrever corretamente de acordo com as regras da ortografia, lembrando que, como disse Morais (2003):

Se na leitura faz-se necessária uma atividade de reconhecimento da palavra, auxiliada pelo contexto do texto, com a escrita faz-se necessária uma maior consciência das normas a fim de produzir a grafia ortográfica. Não estamos minimizando com isso o papel dos conhecimentos ortográficos no nível da leitura. Mas estamos mostrando que na escrita é necessário maior grau de reflexão e tomada de decisões acerca do emprego de letras (Morais, 2003, p. 105).

O ato de escrever difere do ato de ler, por isso, se os alunos, atualmente, não se mostram interessados em aprender e/ou adequar a sua escrita ao padrão da ortografia da língua portuguesa, então, pode ser inferido que é uma questão de percepção de que a escrita precisa de ser elaborada seguindo normas que a diferem da oralidade.

Portanto, o professor precisa conduzir o aluno à percepção de que a escrita é diferente da fala, ou seja, não se escreve como se fala e que a escrita é uma outra ordem da língua e possui usos distintos tanto em relação à sua forma de escrever

quanto à adequação à determinadas situações de uso. Porém, esse entendimento só é possível se o professor, como se disse anteriormente, repensar as suas estratégias e a postura em sala de aulas, incentivando o uso de dicionários e livros com novo acordo ortográfico.

Considerações finais

Repensar a escrita no contexto de sala de aula em Moçambique é embarcar para uma reflexão justificável e de tamanha importância, pois com o advento das mudanças sociais e novas tecnologias, os alunos mostram-se, cada vez mais, desinteressados na escrita. O novo acordo ortográfico foi criado com o objetivo de unificar e simplificar a escrita da língua portuguesa, facilitando, dessa forma, a comunicação entre os utentes nos países-membros da CPLP.

No entanto, apesar da criação e ratificação deste acordo, ainda se nota fragilidades na sua implementação e apropriação nos países-membros, no que diz respeito à adequação da escrita ao padrão da ortografia. O objetivo deste artigo era discutir as causas da arbitrariedade no uso do acordo de 1945 e do novo acordo ortográfico de 1990 pelos alunos no contexto de ensino-aprendizagem, e por meio das reflexões expostas neste artigo, pode-se afirmar que este objetivo foi alcançado. Por um lado, a arbitrariedade do uso do antigo e do novo acordo ortográfico no contexto de sala de aula é advinda das mudanças que ocorrem na sociedade atual, em que tudo aparenta momentâneo, sobretudo, as interações rápidas, com a utilização de linguagem escrita mais próxima da oralidade e bastante abreviada, gerando, portanto, rapidez no envio de mensagens por meios eletrónicos.

Por outro lado, conclui-se que esta arbitrariedade é fruto da ratificação tardia do acordo ortográfico, associada também à não reforma dos acervos literários das bibliotecas, livrarias, editoras de publicação, tanto que não permite que as instituições de ensino usem materiais didáticos com acordo ortográfico de 1990.

Desta forma, embora vários estudiosos e pesquisadores em matéria de ortografia compartilhem da mesma opinião de que o professor deve criar possibilidades para que o aluno se insira no mundo da escrita, a qual se dá quando há disponibilidade para a mudança, a começar por repensar as estratégias metodológicas, a moldagem da postura à nova realidade atual, esta incumbência só pode ser materializada em simultâneo com a reforma dos acervos literários, para permitir que os alunos se familiarizem com as novas regras ortográficas.

Referências

- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bo-bu.** São Paulo: Scipione, 1999.
- CIBERDÚVIDAS. «**O Acordo Ortográfico é uma simplificação da ortografia da língua portuguesa**», 2020. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/acordo/marta-sitoe-o-novo-acordo-ortografico-e-uma-simplificacao-da-ortografia-da-lingua-portug....> Acesso em 15 de outubro de 2023.
- DUBOIS, J. **Dicionário de Linguística.** São Paulo: Cultrix, 2006.
- GIVÓN, T. **Syntax I.** New York: Academic Press, 1984.
- LIMA, M. A. B. **Guia da Reforma Ortográfica,** 2009. Disponível em: http://www.unifemm.edu.br/v2/_files/guia-da-reforma-ortogr%C3%A1fica.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2023.

MEDEIROS, E. (Org.). **Novo Acordo Ortográfico:** As novas regras da Língua Portuguesa. Natal: Casa do Cordel, 2008.

MORAIS, A. G. **Ortografia:** ensinar e aprender. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

RIOLFI, C. **Ensino de Língua Portuguesa.** São Paulo: Thompson Learning, 2008.

SILVEIRA, C. S. **A prática docente e os métodos de alfabetização:** desafios do ensino da leitura e da escrita para crianças. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2014.

SIM-SIM, I. **Desenvolvimento da Linguagem.** Universidade Aberta, 1998.

Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira. [UNILAB].

Moçambique ratifica Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, 2012.

Disponível em: <https://unilab.edu.br/2012/06/11/mocambique-ratifica-acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

WIKIPEDIA. **Acordo Ortográfico de 1990.** Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990. Acesso em 15 de outubro de 2023.

Para citar este artigo: CHAHA, Bonete Júlio João. Ensino da ortografia da Língua portuguesa e os desafios da implementação do Novo Acordo Ortográfico em Moçambique: uma questão paradigmática da escrita do Português. **AXÉUNILAB:** Revista Internacional de Estudos de Linguagens na Lusofonia. São Francisco do Conde (BA), vol.01, nº01,p.175-186, jan./jun.2025. (Editores: Abias Alberto Catito -UEFS & Maurício Bernardo - UEFS ** Coordenação: Alexandre António Timbane)

Bonete Júlio João Chaha, graduado em ensino de Português com habilitações em ensino de Inglês, docente de língua portuguesa, pesquisador independente, técnico de Recursos Humanos, redator e revisor linguístico. E-mail: bonetechaha@hotmail.com